

A CONSTRUÇÃO DO POLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPINA GRANDE E IDEÁRIO DE MODERNIZAÇÃO TRAÇADOS PELA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO E ESTADUALIZAÇÃO DA URNE

Silvana Torquato Fernandes¹

O objetivo deste trabalho é abordar o processo de consolidação do polo universitário de Campina Grande e o ideário de modernização que a cidade vivenciou. Ao traçar um panorama da formação da Universidade Regional do Nordeste (URNe) até a sua estadualização, buscamos demonstrar aspectos do cotidiano e as tensões e conflitos que ocuparam as páginas dos jornais da cidade no período de 1960 a 1987. Para discutir essa dinâmica utilizamos o conceito de representação de Roger Chartier, entendendo que a sociedade ou o social é o que aparenta ser, mas é também o que os homens representam sobre ela. Os grupos sociais passam a estabelecer as explicações sobre o mundo fazendo com que o historiador entenda o presente e o passado de cada sociedade ou comunidade.

Palavras-chave: universidade, periódicos e representação

Ideário de modernização

Campina Grande, a maior cidade do interior do Norte e Nordeste do Brasil, com uma população de cerca de 400 mil habitantes se tornou uma das maiores cidades comerciais da região chegando à invejável condição de competir internacionalmente com a exportação do algodão. Esses dados foram retirados do *Jornal da Paraíba*, no dia em que a cidade completou 123 anos de emancipação política². Um panorama apresentado pelo *JP*, de 11 de outubro de 1987, mostrou que de cidade comercial, Campina Grande se transformou em polo industrial e, principalmente, em um centro universitário.

Nesse mesmo dia, após uma intensa mobilização de lideranças políticas, comunitárias, estudantis, de professores, funcionários, e no primeiro reitorado do professor Sebastião Guimarães Vieira, foi sancionada a lei nº 4977, que transformou a deficitária Universidade Regional do Nordeste (URNe) em Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), marcando a estadualização da instituição como uma vitória da comunidade acadêmica.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Email: silvanatorquato@gmail.com

² *Jornal da Paraíba* – 11.10.87; p.7. A partir daqui o *Jornal da Paraíba* será nomeado de JP.

O momento em que Campina Grande se encontrava na década de 1980 refletia um cenário de desenvolvimento e progresso evocado ao longo do século XX. Frente às inquietações que a modernidade provocava, as práticas e ações produzidas pelos líderes campinenses foram herdeiras de todo um debate de que as cidades precisavam se modernizar e possuir ares de progresso.

Campina Grande dos anos 1980 é o reflexo de iniciativas em prol da modernização. Desde que a URNe foi criada, em 15 de março de 1966, a cidade buscou consolidar o polo industrial, pois o comércio já não era a atividade principal da cidade. Mas foi a partir da comercialização do algodão que o município se desenvolveu. Segundo Lima (1996), as indústrias pioneiras beneficiavam e prensavam o algodão e se constituíram como as únicas indústrias da cidade, além das pequenas ‘fabriquetas’ domésticas, até a década de 1940.

Durante os anos quarenta, a cidade vê surgir novas indústrias ligadas a atividades têxtil, couro, alimentos, etc. Entre 1950 e 1960, a cidade cresce em importância na região, devido a seu acelerado processo de industrialização e à abrangência do comércio com as cidades circunvizinhas, e até com outras regiões do Nordeste. (Idem, p.34)

De acordo com Lima (1996), a cidade vivenciou um crescimento considerável no número de estabelecimentos industriais de 1940 a 1960 e chegava a superar a capital do Estado, João Pessoa³. No entanto, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo pequeno índice de crescimento em Campina Grande, quando registrou 28,1%, diminuindo para 23% no período de 1980 e 1990, enquanto que João Pessoa, no mesmo período, apresentava índice de 40%, pois a capital havia sido beneficiada pelo processo de industrialização, fazendo com que as funções política, administrativa, comercial e industrial se fortalecessem frente à realidade campinense.

Mesmo diante dessa conjuntura, Campina Grande não parou de crescer e mudou a estrutura socioeconômica espacial, quando provocou a especulação imobiliária com a valorização do solo, das terras das antigas propriedades. A partir daí começaram a surgir áreas nobres na cidade. Em 1980, a reforma urbana foi retomada com mais força, estendendo-se até a década seguinte, quando foram elaboradas políticas de preservação e construção de novos espaços destinados ao lazer e à cultura.

³ Conforme Lima (1996, p.36), o Censo Industrial do Estado da Paraíba apontou que Campina Grande possuía em 1940, 87 indústrias, já João Pessoa, 96. No entanto, no ano de 1960, Campina Grande tinha 212 estabelecimentos, e João Pessoa, 186.

Um dos equipamentos considerado moderno, que foi entregue à população em 1985, foi o novo terminal rodoviário da cidade no bairro do Catolé. Até 31 de dezembro de 1984, segundo o *Diário da Borborema*⁴, tinham sido investidos nas obras do terminal cinco bilhões e duzentos milhões de cruzeiros. Até aí, o prédio já estava praticamente concluído. O diretor superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), o engenheiro Francisco de Assis Quintans, registrou nas páginas do jornal que Campina Grande estava sendo dotada de um moderno terminal rodoviário com todos os serviços básicos de atendimento disponibilizados ao público.

A conquista de uma nova rodoviária para o município foi ressaltada também pelo então vice-governador do estado, José Carlos da Silva, em fevereiro de 1985, ao conceder entrevista ao *DB* afirmando que “Campina Grande tem (...) uma rodoviária à altura do seu desenvolvimento e pelo menos nos próximos 20 anos esta população não terá preocupação em relação a essa questão⁵”.

E no dia 25 de maio de 1985 foi inaugurado com festa o Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo em substituição a Rodoviária Cristiano Lauritzen, localizada no Centro, e que hoje é conhecida como rodoviária velha. No dia em que foi inaugurada, o *Jornal da Paraíba*⁶, assim como o *Diário da Borborema*, trouxeram a notícia na capa com destaque. A solenidade contou com a presença do então governador Wilson Braga e do vice-governador José Carlos da Silva Júnior. O total que foi investido com recursos do Governo do Estado foi de Cr\$ 8 bilhões. Na capa do *JP* nesse dia noticiava que “é uma das mais modernas rodoviárias do Nordeste”.

Outro destaque relevante para a época foi a construção do Parque do Povo, em maio de 1986, que serviu de espaço para abrigar as manifestações populares, encontros políticos, religiosos e onde sedia o Maior São João do Mundo, festa popular de grande relevância para cidade. As obras foram iniciadas cinco meses antes de serem inauguradas na gestão do prefeito Ronaldo Cunha Lima.

O Parque da Criança, o Museu Vivo da Ciência e da Tecnologia, o Ginásio de Esportes O Meninão, além do alargamento e abertura de novas vias de acesso ao centro da cidade, entre outros empreendimentos, vieram depois, já na década de 1990, mas possibilitaram também que Campina Grande continuasse a exercer papel fundamental no Estado.

⁴ *Diário da Borborema* – 06.03.1985, p.3. A partir daqui o *Diário da Borborema* será nomeado de *DB*.

⁵ *Idem* – 08.02.1985; p.5.

⁶ *Jornal da Paraíba* – 25.05.85; capa e p.7. O terminal foi construído em terreno de 104 mil metros quadrados, doado pela prefeitura na gestão do ex-prefeito Enivaldo Ribeiro.

Desde o início do século XX que Campina Grande almejava ser “cosmopolita, arejada, liberada, emancipada e senhora de si, para experimentar as benesses e os prazeres da modernidade e, ao mesmo tempo, ser experimentada e admirada por seres urbanos”. (CAVALCANTI, 2000, p.70). Espelhando-se no Rio de Janeiro, em Londres e Paris, Campina Grande tentava extrair tudo o que não é considerado moderno e burguês, para se tornar uma cidade com ares de progresso e desenvolvimento.

Vale ressaltar que o crescimento das atividades do comércio e industrial foi muito marcante ao longo do século XX em Campina Grande, enquanto a educação não tinha a mesma valorização. Em 1966, apesar do grande avanço de desenvolvimento, a cidade contava com poucas unidades de ensino superior, “configurando-se em grande descompasso entre o crescimento da indústria e do comércio e o necessário desenvolvimento do setor educacional”. (MELO, 1992, p.19)

O município contava com um reduzido número de cursos superiores para uma população de aproximadamente 175 mil habitantes na década de 1960. Havia na cidade apenas as faculdades de Filosofia, de Serviço Social, de Direito, de Ciências Econômicas e a Escola Politécnica, estas duas últimas já estavam integradas à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desde 1960.

Com efeito, a criação de uma universidade se impunha como uma necessidade vital para o seu crescimento, sob pena de perder o seu *status* de polo de desenvolvimento de uma vasta região: se a indústria e o comércio caminhavam a passos largos, o ensino de nível superior ainda engatinhava timidamente. (Idem, p.20)

Com a falta de mais cursos de nível superior na cidade até 1966, muitas estudantes campinenses tinham que se deslocar para estudar em Recife (PE), que era considerada, àquela época, como o maior centro universitário do Nordeste.

O setor educacional na cidade começou a se consolidar com a criação da Escola Politécnica, em 1952; do campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); e da Universidade Regional do Nordeste (URNe), no dia 15 de março de 1966, através da Lei nº 23.

Segundo Ramalho, et alli (2008, p.41), a criação da Politécnica em Campina Grande “surgiu da necessidade de mudança diante da desigualdade social pela qual passava a cidade, e estava sendo uma experiência de um novo empreendimento feito por empresários para a implantação de uma escola técnica, mas com nível superior”.

O primeiro curso da Escola Politécnica foi o de Engenharia Civil, que teve a primeira turma formada em 1958. No ano seguinte, foi criado o de Engenharia Elétrica.

Segundo Torres & Montenegro (2007, p.15), “a Escola Politécnica já nasce com a missão de fornecer mão de obra qualificada para as empresas que viessem se instalar na cidade”. Naquele momento havia entre os campinenses a ideia de que os engenheiros formados na Escola Politécnica poderiam ajudar o Brasil a superar os problemas relacionados à ciência e tecnologia, isto é, havia uma grande valorização do curso e da própria instituição.

Já a Universidade da Paraíba foi criada no dia 02 de dezembro de 1955, pelo então governador da Paraíba, José Américo de Almeida. Algumas faculdades que já existiam em João Pessoa e Campina Grande foram incorporadas à instituição, com isso, a Escola Politécnica e a Faculdade de Ciências Econômicas formaram o campus II de Campina Grande. Somente cinco anos após, em 12 de dezembro de 1960, que a universidade foi federalizada se transformando em Universidade Federal da Paraíba, tendo a capital do Estado como a sede dos campi que incluíam Campina Grande e a Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia.

No mesmo passo de desenvolvimento da cidade, um grupo de intelectuais da cidade, liderados por Edvaldo de Souza do Ó e Lopes de Andrade, criaram a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), que era uma entidade de caráter privado, instituída pela Lei municipal nº 48 de 28 de dezembro de 1957. Segundo Lima (1996, p.51), a FUNDACT “servia de guia para os industriais locais (...) que desejassem investir na região. A criação desta fundação fazia parte dos planos de um setor da sociedade que acreditava que a industrialização seria a redenção para a cidade, resolvendo todos os problemas sociais”.

No período em que funcionou na cidade, a Fundação desenvolveu atividades ligadas à indústria e ainda manteve a Faculdade de Filosofia de Campina Grande, onde formava uma nova geração de intelectuais. “Com exceção da Faculdade de Direito, todas as demais deveram a sua organização e início de funcionamento, em grande parte, à FUNDACT”. (MELO, 1992, p.21)

Da URNe à UEPB: caminhos de crise e de desenvolvimento da cidade

Campina Grande ganhou projeção quando se tornou o empório comercial do algodão e passou a receber grande quantidade da fibra produzida no interior da Paraíba e de estados circunvizinhos durante o século XX. A partir desta mercadoria, o espaço urbano foi reorganizado em função da produção dessa matéria-prima. A praça

algodoeira, como era chamada, passou a ter ampla influência no espaço regional, abrangendo, além de todo o Cariri e o Sertão paraibano, o Seridó Norte-Rio-Grandense e o sul do Ceará, ampliando a atuação para o Piauí e Maranhão. Além de toda a região Nordeste, a cidade se tornou centro comercial do algodão com liderança nacional.

Todo esse crescimento econômico e imaginário de modernização também serviram como estratégia para atração de novas indústrias para a cidade. As “indústrias pioneiras beneficiavam e prensavam o algodão, e até a década de quarenta se constituíam nas principais e quase únicas indústrias, exceção feita a pequenas ‘fabriquetas domésticas sem grande expressão’”. (LIMA, 1996, p.34)

O centro industrial de Campina Grande passou a ascender ainda mais com ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e implantação do Distrito Industrial, em 1964. Com a criação da Sudene, a cidade se destacou pelo número de projetos enviados ao órgão, como também pelas facilidades criadas para instalação de indústrias no município. “É desenvolvida toda uma estratégia de atração de indústrias, que aqui instaladas, receberiam algumas vantagens não oferecidas em outras cidades”. (LIMA, 1999, p.123)

De 1961 a 1965, a Sudene aprovou para Campina Grande nove projetos, sendo cinco de implantação de novas indústrias e quatro de modernização das indústrias já existentes. Entre esses projetos está o da implantação da Walling Nordeste S/A, empresa de grande porte, produtora de fogões a gás liquefeito. “A instalação de Walling deveria servir de exemplo para que outras indústrias de grande porte também se instalassem na cidade. (...) A instalação desta fábrica (...) serviu de incentivo para novos investimentos públicos visando à industrialização”. (Idem, p. 125)

Nesse mesmo período, de 1960 a 1967, Campina Grande passou a ocupar a posição de quarta maior cidade do Nordeste e apresentou o maior número de projetos aprovados na Paraíba pela Sudene. O município campinense, que teve 29 projetos aprovados, só perdia para Fortaleza (50), Salvador (51) e Recife (71). Enquanto João Pessoa, capital do Estado, só teve 11 aprovações.

O crescimento das atividades do comércio e industrial foi muito marcante ao longo do século XX em Campina Grande, enquanto a educação não tinha a mesma valorização. No entanto, um dos fatores que contribuiu para o início do processo de consolidação do setor educacional da cidade foi a criação da Universidade Regional do Nordeste (URNe), em 1966, período em que Campina Grande vivenciava um surto de desenvolvimento em vários setores.

Apesar de toda a situação econômica que deixou Campina Grande em uma posição favorável no âmbito regional, as oportunidades para os estudantes que concluíam o 2º grau eram limitadas, pois os cursos superiores ainda eram poucos para o desenvolvimento que a cidade tinha até então conquistado. Com isso, começou a luta pela conquista de uma universidade para os campinenses.

Dias antes de ser criada a URNe, foi elaborado um parecer do Projeto de Lei, que tinha como presidente relator, Anésio Ferreira Leão. Através desse documento, uma comissão de Educação e Cultura destacou que o progresso conquistado nas últimas três décadas corria o risco de um “inevitável estrangulamento (...) se o setor cultural local, que se atrasou em relação ao avanço comercial e industrial, não for urgentemente desenvolvido em todas as suas potencialidades⁷”.

No parecer também é relatado que em relação ao desenvolvimento apenas econômico, a cidade conseguiu responder positivamente ao desafio, pois estatísticas asseguravam que Campina Grande era a quarta cidade economicamente mais importante do Nordeste, incluindo até as capitais do estado, e a sétima mais importante do país. Havia também a alegação que a criação da URNe iria ajudar o governo municipal a alavancar o ensino superior na cidade.

Em forma de propositura, essas fundamentações serviram de base para a criação da URNe. Poucos dias depois, a Câmara de Vereadores decretou e sancionou a Lei nº 23, de 15 de março de 1966, criando a URNe, com sede em Campina Grande. Inicialmente, foram integradas à universidade a Faculdade de Serviço Social de Campina Grande, a Faculdade de Filosofia, a Faculdade de Direito, a Faculdade de Odontologia e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Quando instituída, foi direcionado à instituição um crédito especial de Cr\$ 300 milhões para as despesas de instalação, manutenção e funcionamento.

Naquele mesmo ano, em abril de 1966, foi instituída uma entidade sob a forma jurídica de fundação, com personalidade de direito privado, destinada à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino e pesquisa de nível superior no país e especialmente no Nordeste. À entidade foi dado o nome de Fundação Universidade Regional do Nordeste (FURNe).

Ao longo de 21 anos de criação, a URNe enfrentou sérios problemas financeiros. A lei que instituiu a universidade deixou bem claro que enquanto a instituição “não

⁷ Mais sobre o assunto ver Sousa do Ó (1986, p.19)

dispuser de meios e recursos próprios para manutenção e funcionamento, o Prefeito Municipal é autorizado a assinar convênio” com a FUNDACT. (SOUSA DO Ó, 1986, p.24)

No entanto, o crédito disponibilizado pela prefeitura é para cobrir despesas de instalação, manutenção e funcionamento da universidade no corrente exercício financeiro seguindo até 1967. Após esse período, Melo (1992) lembra que a prefeitura continuou colaborando com a ajuda financeira, mas chegou um momento que ocorreram demora na liberação dos recursos. “A contribuição financeira (direta ou indireta) da Prefeitura foi bastante significativa nos seus primeiros anos, por conta, inclusive, da contribuição de ensino e da taxa de cinema”, que era uma pequena quantia cobrada à comunidade para assistir filmes nas salas de exibição da universidade. Mas, com a falta de contribuição para manutenção da URNe, os problemas financeiros da instituição começaram a se agravar. (Idem, p.37)

Quanto ao Governo do Estado da Paraíba, até o ano de 1972, se manteve em uma atitude de total indiferença e desconhecimento da situação financeira da Instituição, cuja clientela era constituída de estudantes de quase todas as cidades do Estado. (...) Esta ajuda só se tornou realmente efetiva a partir de 1976, quando foram liberados seiscientos mil cruzeiros, com a promessa de que, no ano seguinte, estes recursos seriam aumentados, o que, na realidade, não aconteceu. (Idem, p.38-39)

A URNe também recebeu recursos federais a partir de 1968 até 1977. Entretanto, Melo (1992) lembra que nos anos subsequentes a tendência foi de queda. Os jornais da época passaram a mostrar a luta pela estadualização e todo o desenrolar da crise que afligia a instituição. “Apesar de todas as dificuldades, empecilhos (sic), revezes, a federalização da URNe foi sempre o objetivo perseguido por seus reitores, professores, estudantes, funcionários e pela comunidade campinense em geral”, no entanto, a estadualização surgiu como uma saída para a crise.

Ao longo de toda a batalha para evitar que os problemas financeiros se prolongassem, ao tomar conhecimento, o então prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima⁸, afirmou ao *Diário da Borborema* que era favorável à estadualização desde que houvesse definições de compromissos por parte do estado, principalmente os encargos salariais dos professores e funcionários. O requerimento para a estadualização da URNe foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 1983, solução apontada na

⁸ Refiro-me ao segundo mandato de Ronaldo Cunha Lima, que foi de 31 de janeiro de 1983 a 1º de janeiro de 1989. Ele governou Campina Grande pela primeira vez em 31 de janeiro de 1969 a 14 de março de 1969.

época como uma saída à crise enfrentada pela instituição, segundo demonstravam os jornais. No entanto, os compromissos não ficaram claros para o município e o assunto foi encerrado⁹ naquele momento.

Nos discursos da época, o que se percebe era uma luta para reestruturar a URNe devido a grande crise financeira que tomava de conta da instituição. O reitor Guilherme Cruz¹⁰, os políticos, professores, funcionários e alunos da universidade acreditavam que a única saída era a federalização, isto é, a incorporação da URNe pela UFPB, campus II. Diante dessa conjuntura, os docentes entraram em greve devido os salários estarem atrasados, os estudantes não queriam arcar sozinhos com a manutenção da universidade e as aulas foram suspensas durante boa parte do ano letivo de 1985 até que a situação se resolvesse.

Mesmo após o pagamento dos salários dos professores, já em meados de abril de 1985, a greve continuou, pois os docentes passaram a reivindicar a atualização dos percebimentos. Uma das soluções propostas na época para a crise foi a redução do número de cursos e funcionários da instituição. O *Jornal da Paraíba* mostrou o apoio do deputado federal Aluízio Afonso Campos (PMDB) e de vários segmentos da sociedade para tentarem solucionar o caso e fazer com que a FURNe se tornasse viável novamente¹¹.

Mesmo após a concessão de recursos por parte do Governo do Estado de Cr\$ 500 milhões em abril de 1985, os professores permaneceram em greve e o reitor prometeu à comunidade acadêmica tomar medidas definitivas sobre a paralisação. Com a pressão dos alunos para começar as aulas e a permanência da greve, o reitor Guilherme Cruz ameaçou renunciar ao cargo. “Não pedi para ser reitor. Se acham que eu não sirvo mais à Universidade, abram o jogo, pois entrego o cargo agora mesmo ao prefeito Ronaldo Cunha Lima¹²”.

Após dois meses de greve dos professores, as aulas do primeiro semestre letivo de 1985 começaram na URNe ainda em abril de 1985. No entanto, os problemas financeiros não foram solucionados e o impasse continuou no ano seguinte. O reitor ameaçou novamente renunciar ao cargo e os professores fizeram nova greve. Com isso,

⁹ Idem – 06.01.1985; p. 8.

¹⁰ Guilherme Cavalcanti Cruz assumiu a Furne no dia 1º de fevereiro de 1984 em um momento crítico. Vindo a renunciar no dia 19 de julho de 1985.

¹¹ JP – 07.04.1985; p.7A

¹² JP – 26.04.1985; p.8A

o semestre letivo de 1986 ficou prejudicado novamente. Nesse mesmo período, o campus II da UFPB estava paralisado seguindo o movimento a nível nacional.

Em 1986, aconteceu outro caso de destaque sobre a crise da URNe, pois foi dado o mais importante passo para a federalização da universidade quando o deputado Raymundo Asfora (PMDB) encaminhou projeto solicitando ao presidente da República José Sarney, um pedido da federalização das faculdades de São João Del Rei (MG) e da FURNe, como homenagem ao presidente Tancredo Neves e ao Nordeste¹³. Ao mesmo tempo em que vários políticos encamparam a ideia de federalização da URNe, existiam também aqueles que apoiavam o projeto de estadualização da universidade.

Em maio de 1987, ainda foi aprovado na Câmara de Vereadores um projeto de lei de autoria do Poder Executivo autorizando a FURNe a transferir cursos e patrimônio à UFPB. O projeto não foi adiante e a crise continuou na instituição. Apesar de várias tentativas de federalização da URNe, a solução só foi tomada no ano de 1987, quando a Câmara de Vereadores aprovou o Projeto de Lei do Poder Executivo autorizando a passagem do patrimônio da URNe para o Governo do Estado.

E no dia 11 de outubro de 1987, após uma vigorosa mobilização de lideranças políticas, classistas e comunitárias, estudantes, professores e funcionários, no primeiro reitorado do professor Sebastião Guimarães Vieira, foi sancionada a lei nº 4977, que transformou a deficitária URNe em Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que marcou a estadualização da universidade como uma vitória da comunidade acadêmica. A partir daí, a instituição progrediu e hoje está consolidada na cidade.

Falar da crise e constituição da UEPB é importante, pois nos dois anos que antecederam a estadualização, os jornais da época mostraram toda a luta da comunidade acadêmica e em quase todos os dias no ano de 1985, a crise na URNe foi assunto que mereceu destaque nas capas dos periódicos e os leitores também passaram a se engajar na recuperação da URNe. No ano da estadualização da universidade, Campina Grande ganhou mais destaque no setor educacional, atendendo mais de 10 mil alunos procedentes de todo o Nordeste¹⁴.

¹³ JP – 14.05.1986; p.8

¹⁴ Nessa época, Campina Grande era a maior cidade do interior do Norte/Nordeste do Brasil com uma população de cerca de 400 mil habitantes, 330 mil distribuídos na zona urbana. Ver JP – 11.10.1987; caderno especial do aniversário da cidade.

Referências

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira. **Campina Grande de(fl)vorada por forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa**. In. GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Ação Educar. Secretaria de Educação de Campina Grande, 2000.

LIMA, Damião de. **O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande**. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Economia rural da Universidade Federal da Paraíba. 1996

_____. **Tempos de desenvolvimento e crise na economia campinense**. In. **Estudando a História da Paraíba**. LIMA, Damião, et all. Ed. Cultura Nordestina, 1999

MELO, Luis Gonzaga. **Da Universidade Regional à Estadual da Paraíba: 1966-1991**. Campina Grande – PB, 1992

RAMALHO, Maria da Silva; LUCENA, Thayamma Brena Leite Maranhão de; MEDEIROS, Rawena Ertha Leopoldino de. **Campus de Patos: uma história que deu certo**. Campina Grande: EDUFCEG, 2008

SOUSA DO Ó, Edvaldo. **História da Universidade Regional do Nordeste**. Volume I. Campina Grande. Ed. Grafset. 1986

TORRES, José Valmi Oliveira Torres; MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Escola Politécnica: construindo o imaginário de modernidade em Campina Grande através do Diário da Borborema**. Universidade Federal de Campina Grande, 2007